

# ANÁLISE DAS DEMANDAS SÓCIO-AMBIENTAIS DO PESCADOR PANTANEIRO DE POCONÉ NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO MATOGROSSENSE NO BRASIL<sup>1</sup>.

## *ANALYSIS OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL DEMANDS OF THE FISHERMAN PANTANEIRO OF POCONÉ IN THE MATOGROSSENSE CONTEXT OF DEVELOPMENT IN BRAZIL.*

João Vicente R. B. da Costa Lima<sup>2</sup>

Recebido em: 22/08/2007

Aceito em: 16/05/2008

“Os processos envolvidos nesse imperialismo verde são praticamente irreversíveis. O consumidor, tentado provar o frango frito Kentucky pode sempre dizer: “uma vez é o suficiente”. Ou o hindu convertido pelo batismo ao Cristianismo, pode decidir depois voltar à sua fé original. Mas os povos tribais, expulsos de suas casas pela propaganda conservacionista estão condenados à vida de refugiados ecológicos; um destino que para muitos povos tradicionais se aproxima somente da morte”. (Ramachandra Guha)

### **Resumo**

O presente *papper* analisa os dados coletados em pesquisa de campo e que permitem — no contexto da decadência econômica da pesca tradicional e das afetações sobre as visões de mundo e as formas de sociabilidade pelos processos e fenômenos do agronegócio em MT e no Brasil — a construção de um modelo de esfera pública e discursiva que reúne (*i*) os argumentos dos pescadores de Poconé com relação às suas demandas materiais com implicações ambientais e políticas, e; (*ii*) os discursos — no formato de políticas e programas das instituições governamentais — nos níveis federal, estadual e municipal que respondem às demandas da pesca, do pescador e suas comunidades, e que incluem a maneira de como interpretam o ponto de vista do pescador tradicional em meio aos projetos de desenvolvimento concebidos. Almeja-se uma maior compreensão (*a*) do campo das interações sociais onde se localiza o pescador tradicional do pantanal matogrossense de Poconé e, (*b*) da conexão deste fazer local às formas institucionais e organizacionais postas no nível regional, nacional e até mundial.

**Palavras-chave:** saber tradicional; representações sociais; racionalização.

### **Abstract**

The present paper analyses the collected data in a field research that allows – in the context of the traditional fishing economic decadence and the affectations above the world view and the ways of sociability by the agribusiness processes and phenomena in Mato Grosso and in Brazil – the construction of a model concerning to the public and discursive sphere that put together (*i*) the fishermen from Poconé arguments, related to their material demands with environmental and political implications, and (*ii*) the speech – in the format of the governmental institutions programs and politics– from federal to municipal levels that have to do with fishing, the fishermen and their communities demands, and that include the way they understand the traditional

---

<sup>1</sup> Os resultados apresentados neste texto são fruto de uma pesquisa financiada pelo CNPq.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSM. E-mail: [jvcostalima@gmail.com](mailto:jvcostalima@gmail.com).

fisherman point of view in the media of schemed development projects. The aim of this paper is to give a better comprehension (*a*) of the social interaction field, where the “pantanal-matogrossense” traditional fisherman from Poconé is located, and (*b*) of the connection between this ‘local making’ and the institutional and organized ways, put at the regional, national and even worldwide level.

**Keywords:** traditional knowledge; social representations; rationalization.

O pescador tradicional estudado ainda vive nas cercanias do município de Poconé no Estado do Mato Grosso. A história da cidade de Poconé data dos primeiros eventos ligados à ocupação do Estado do Mato Grosso em função da mineração, no final do século XVIII. Essa região foi povoada por índios Bororo, da família *Beripoconés*, que deu origem ao nome da cidade.

A cidade de Poconé localiza-se em uma área territorial de 17.216 Km<sup>2</sup> e localizada a 100 Km de Cuiabá. Aproximadamente 80% do território encontram-se na planície pantaneira, periodicamente alagáveis, com campos naturais e que favorecem a pecuária extensiva. Atualmente 73% da sua população estão na área urbana, contra 27% ainda presentes na área rural. Em 1990, no auge da mineração, a população chegou ao patamar dos 47.000 habitantes, para recuar até os 30.000 habitantes no ano 2000.

Na década de 1980 acontece a redescoberta do ouro que gerou um processo migratório intenso, aumento populacional em meio à falta de infra-estrutura da cidade. A lógica de uso gerou degradação do ambiente físico como contaminação com mercúrio, destruição de rios e córregos. Com a intervenção da Fundação Estadual do meio Ambiente (FEMA), fechando as áreas de mineração, em um contexto de enfrentamentos entre garimpeiros e a polícia. Nesse momento, a cidade sofre com o desemprego e a falência de partes do comércio. Ao final do último ciclo do ouro, tem início novo ciclo de pecuária extensiva, baseado no latifúndio. Ao longo da história e no presente momento, a atividade da pesca nunca teve importância relativamente a agricultura, indústria e serviços.

O contexto mais ampliado onde se desenvolve o agir do pescador tradicional de Poconé/MT/Brasil, combina um conjunto de grandes realidades que alcançam, em alguma medida, o homem comum pescador no seu dia-a-dia. De um lado, o capitalismo em geral, e particularmente no Brasil e na América Latina, segue pelas linhas tortuosas onde se encontram a pobreza absoluta e a exclusão em uma escala de grande magnitude, dependendo das referências adotadas. O pescador tradicional pantaneiro transita entre a linha tênue da pobreza e a da miséria; sendo que os indicadores e ingredientes de uma

rotina de resignação econômica assombram-lhes os pensamentos e projetos de futuro. De outro lado, o tempo favorável de aprovação e adesão à democracia no mundo, e na América Latina em particular, não é garantia da introjeção e desenvolvimento de uma cultura democrática de fato, no universo social pantaneiro. Boa parte de seu esforço político está restrito à meta de obter reconhecimento mínimo de sua existência política, para ver sua versão da história dos homens e da ordem da natureza a galgar uma posição que não seja, pelo menos, a de um idiota cultural. A onda ideológica arrasadora, que tem arruinado muito das iniciativas do pescador tradicional tem sua origem, paradoxalmente, nas legítimas constatações acerca das ameaças ecológicas em grande escala, advindas dos impactos das incursões humanas à natureza e que, a despeito de toda a força das instituições econômicas com base na eficiência e exploração racional, geraram um quadro mais complexo e incongruente com respeito às condições de sustentação do conjunto da vida humana e de sua simbiose com a natureza.

#### **A valoração da posição política do pescador tradicional de Poconé/MT**

A esfera pública brasileira é ilustrativa dos mecanismos e processos que denotam certa dinamicidade em meio aos indicadores de sua cambaleante democracia. Operam processos econômicos e sociais de grande complexidade e alcance, para além do espaço e vivências locais, impactando sobre as populações locais, quanto ao modo de vida e desenvolvimento de uma cultura política reativa a esses processos.

O pescador tradicional de Poconé encontra-se mergulhado em um turbilhão de eventos que em alguma medida desnorteiam seu projeto cotidiano tradicional. Submetido a uma dinâmica de desenvolvimento regional e ampla, demonstra ter muito pouco controle desses processos, isto é, às mudanças que se impõe a eles, pelo peso político reduzido que possuem. Ao mesmo tempo, acontece um grande esforço por parte do pescador tradicional no sentido de sair de uma condição de invisibilidade política e, mais ativamente, participar dos embates postos na esfera pública. Em parte, este estudo tenta dimensionar o valor cognitivo e político da participação do pescador tradicional, que, a princípio, pareceria de pouco valor intelectual e político.

O ponto crítico fundamentalmente não é a resultante de uma cultura econômica globalizante estrita, porque o pescador tradicional demonstra ter sofisticado seu estoque de conhecimento com respeito aos novos desafios de concorrência e sobrevivência econômica, mas de um obstáculo político originário de um *status* desfavorável quanto à validade e legitimidade de seu discurso, no plano dos debates públicos sobre o presente

e futuro de seu mundo. Deparam-se e padecem da baixa interlocução por parte de entidades governamentais e/ou ambientais que, ao desqualificarem suas visões de mundo — seu conhecimento sobre o ecossistema pantaneiro e seu entendimento quanto ao ordenamento ideal da vida coletiva — tornam-no um ator político e intelectual com baixo capital social.

Sua postura tradicional não guarda correspondência com o agir rígido, uma vez que demonstram grande capacidade de lidar com os novos estímulos políticos, econômicos e institucional-ambientais que interferem em seu mundo e sobre o qual tem um poder limitado, mais rico, de interação. De outra maneira, demonstram a capacidade de criticar suas fórmulas tradicionais de explicação e resposta prática aos problemas cotidianos, agregando novos conteúdos capazes de gerar-lhes melhores resultados.

A cena idealizada, do ponto de vista do pescador tradicional, de uma economia que atenda a todos, inclusive às suas demandas, não é um projeto social de fácil obtenção, ainda pela invisibilidade política “natural” atribuída ao pescador tradicional. O maior obstáculo não é a indiferença econômica por parte de grandes grupos, mas das agências governamentais e não governamentais que atuam sob a bandeira e função da preservação ambiental. Não há aqui uma resistência contra o pescador tradicional seja por uma narrativa ideológica de esquerda ou de direita, porque o discurso que o alcança é o da radicalidade ambientalista.

Ao contrário do modelo iluminista sobre o projeto idealizado do domínio humano sobre a natureza e a história, vive-se no presente em um mundo onde não se está sujeito ao controle humano idealizado. Há mesmo elementos de perturbação e incerteza e com um alto grau de imprevisibilidade. Os eventos ambientais de grande risco (aquecimento global, desertificação) seriam exemplificações desse estado de coisas.

A pesquisa de campo fomentou a seguinte hipótese: o padrão de intervenção das organizações governamentais e não-governamentais marcado de um purismo e/ou conservadorismo ecológico, aumenta o quadro de incerteza geral, a despeito da “aura” de santidade das intenções que traz consigo, e da pretensão de ação racional e institucional capaz de corrigir as distorções, uma vez que ignora e gera conseqüências impremeditadas de grande alcance no jogo da preservação ambiental mais ampla. Portanto, as reações locais dos indivíduos comuns produzem efeitos no plano que fomenta os riscos de alta conseqüência que, sabe-se, estão distantes, por um lado, das percepções da vida individual, por mais urgentes que sejam, de um ponto de vista

causal, porque são filtrados na vida cotidiana como eventos remotos. Isto é, as próprias reações dos pescadores podem contribuir para a constituição de uma realidade que posteriormente não a reconhecem, e também este novo quadro de realidade pode escapar ao olhar “onisciente” dos gestores públicos e privados do meio ambiente.

Estaríamos vivendo em uma era de incertezas artificialmente geradas pelas dinâmicas e intervenções dos diversos atores políticos e institucionais (governamentais e/ou não) insuficientes para reverter esse quadro sócio-ambiental tenso e precário. O grande paradoxo é que esse diagnóstico coloca-se como um contraponto à visão perfeita e positiva das capacidades humanas de planejamento, gestão e usufruto dos bens naturais e de uma organização societária sem maiores perturbações. Entretanto, o desenvolvimento institucional parece gerar opressão e autoritarismo em relação a alguns atores sociais e políticos vistos como tendo baixa legitimidade.

O ambiente desse desenvolvimento institucional incongruente é o processo de globalização, que aponta para a reorganização precária não somente do sistema econômico como a reestruturação de identidades e de condições de sociabilidade. O mundo tradicional é apanhado em cheio nesse turbilhão. O pescador tradicional de Poconé demonstra a capacidade de participar para além de uma conduta reativa, e, contudo, pode explicar-se na arena política sobre os fundamentos de seus projetos e cursos de ação.

Um novo radicalismo surge sem os substratos ideológicos de esquerda ou direita, com destaque para o conservadorismo ambientalista, a defender um retorno a uma “natureza” que não existe mais. De certa maneira, é na defesa dessa natureza que não existe mais que os funcionários das entidades ambientais (públicas e não-públicas) reúnem suas forças para dirigirem ao pescador tradicional um argumento travestido de cientificidade e, portanto, com a pretensão de legitimidade científica. Essa confusão de fato atinge desfavoravelmente o pescador tradicional em sua capacidade política de participação criadora.

Se a relação humana à natureza – idealizada e imaginada em vários níveis – é uma das grandes dimensões institucionais da modernidade, particularmente ligada ao impacto da indústria, ciência e tecnologia, no caso do estudo do pescador tradicional, o problema ambiental gerador de tensão não é resultante do competitivo sistema capitalista e dos fenômenos típicos do mercado, a atribuir aos itens da natureza uma correspondência enquanto mercadoria, em uma lógica de pouca sorte para os tipos desamparados para participar do mercado. Uma ética ambiental operante e purista se

constitui no ponto sensível a partir do qual a opressão política e econômica ganha força de maneira a afetar o pescador tradicional.

Retoma-se neste estudo a pertinência da questão de Giddens sobre a necessidade de restauração das solidariedades danificadas, o que denota uma reinvenção da ligação entre as ações individuais aos grupos ou ao Estado e aos sistemas mais globalizados. Seriam os desafios para o reordenamento da vida coletiva e individual. O grande desafio no momento é pensar as condições requeridas para a consecução de um “indivíduo capaz de alcançar um certo grau de autonomia de ação como condição que lhe capacite sobreviver e para moldar a sua vida”. Isto implica reciprocidade e interdependência. Podemos interpretar a postura da FEMA e IBAMA como muito pouco ou quase nada cooperativa e conciliadora. Em parte, pela dinâmica operativa e burocrática intrínseca ao funcionamento dessas instituições: há um modo de fazer que conserva um substrato invariavelmente hierárquico e pouco dialógico; por outro lado, quando, enfim, estão obrigados a agirem de modo democrático porque precisam *ouvir o outro*, já tem suas verdades mais que suficientes consigo, de maneira que a situação se transforma em um ato burocrático de “ouvir o outro”, sem que haja maiores conseqüências no sentido de ser efetivamente edificado pelo conteúdo rico e legítimo que vem pela *fala do outro*. Assim, quando a fala do outro apresenta suas incoerências, então, já estão prontos há muito para dizer, o que desde um início imemorial já estava sedimentado como dogma da ideologia ambientalista: “Estão vendo como sempre são e sempre foram ignorantes e irrecuperáveis?”.

Giddens fala de política de vida, como implicando uma política, para além de oportunidades de vida, de estilo de vida, em que os indivíduos de forma ativa e criativa podem revisar princípios e práticas para a construção do mundo. Necessariamente o pescador pantaneiro não está absorto nesse nível de discursividade e empenho político. Está mais entretido com os desafios cotidianos e imediatos, sem que isso signifique menos relevância. Tanto é assim que em suas injunções políticas depreende-se uma postura ativa na realização e construção do mundo e não a simples acomodação aos interesses e programas das instituições que circundam sua vida. Tal como Giddens insistia que a política de vida não se traduz na velha oposição entre Estado e mercado, assim também o pescador tradicional localiza-se enquanto uma força do mercado, de pequena escala e importância, mas debatendo-se no interior do Estado, para realizar o fim econômico básico da sua sobrevivência. Em suas falas apreende-se um intervalo discursivo rico e indeterminado; por um lado, tem profundo sentido de geração de

oportunidades de vida, pelos desafios de sua sobrevivência diária; e de outro, há também uma intenção de projeto novo de atitude englobante frente a uma ordem cotidiana e moral da vida.

O quadro democrático brasileiro e matogrossense mostra uma categoria, o pescador tradicional, buscando representar-se na arena pública em meio às forças contrárias que os querem invisíveis políticos. Tem, assim, dificuldades para realizarem uma função básica da democracia: a de representarem seus próprios interesses, em meio às controvérsias. A cena não é informativa da geração de um nível de consenso e confiança entre os participantes do debate público ambiental pantaneiro. A fala do pescador tradicional é sufocada pelas fórmulas que decretam a inferioridade de seu sistema de conhecimento, quase confirmatória de uma condição débil. Assim, são subestimados também seus interesses. Não acontece, dessa maneira, o diálogo aberto e voltado à geração de confiança entre as partes, com base na exposição de princípios e interesses a serem negociados. Nessa ordem pública desigual, onde emerge verdades plenas que vem de “cima”, os resultados alcançados são sobejamente criticados e, pior, instalam uma realidade tensa que inviabilizam qualquer chance real de firmar e manter níveis de confiança que permitam o fluir de informações, pontos de vista, reconhecimento político do “outro”; de outra maneira, propiciar a todos os atores níveis de autonomia e satisfação públicas.

Aceita-se nesse trabalho uma ponderação sociológica fundamental: a recusa à tese ecológica clássica de que os processos ambientais e naturais sejam tomados como externalidades submetidas ou a serem submetidas ao controle humano. As questões ecológicas não podem ser entendidas como relacionadas apenas ao meio ambiente, mas como expressão da centralidade dos problemas da vida humana, convencionalmente tomados como problemas não-ambientais. A nova equação reúne os mundos social e material como “organizados de maneira reflexiva”. De outra maneira, em face dos riscos ambientais de hoje “não se pode lidar com o risco artificial exclusivamente em termos do desenvolvimento posterior de conhecimento técnico. Os problemas (...) são irreduzivelmente políticos e morais”. Isto implica no entendimento de que decisões substantivas, sobre um evento que incorre em risco ambiental, não podem ter um caráter eminentemente técnico, mas envolvem questões políticas. Aplicando-se esse raciocínio à realidade do pescador tradicional: a realidade ambiental precisa incluir o homem pantaneiro, sua cultura e história, porque este compõe, com a riqueza natural, uma unidade de realidade e sentido simbiótica. Esta questão de Giddens não é nova, Guha

(2000), Castro (2000), Descola (2000) já apontavam para a profundidade da conexão entre estes planos de realidade (humana e natural) nos sistemas de conhecimento e nas práticas cotidianas dos grupos humanos tradicionais/locais. Essa equação agora é ampliada no sentido de compreender a realidade natural e humana que acomoda a realidade industrial e urbana de grandes proporções. A base humana de elaboração não seriam os mitos, mas os conteúdos que poderiam advir como resultados dos embates democráticos. O homem típico pescador de Poconé estaria no meio do caminho entre uma entidade cultural e histórica centrada nos mitos e uma sociedade histórica a sofrer duramente as intempéries da aculturação e, mais especificamente, as influências dos projetos de desenvolvimento de máxima competitividade econômica própria à realidade do moderno agronegócio. Nesse sentido, no que esse homem comum pescador refere-se e aproxima-se dessa realidade modernizante, sua aspiração é tornar-se ator político visível, e de um ponto de vista cultura, naquilo que seu estoque de conhecimento o liga ao passado imemorial, sujeito cognitivo ativo no jogo duro de determinação do que a realidade ambiental é.

O pescador tradicional está mergulhado em processos e mecanismos sociais que combinam o viver local e sua interface global. A relação entre esses dois níveis da realidade não pode ser desconsiderado porque, no que diz respeito à dimensão sistêmica, a globalização não é uma entidade exterior ao indivíduo, mas é vivida diretamente como circunstâncias da vida social estruturadoras da ação reflexiva dos indivíduos pescadores em meio aos seus esforços de reordenação da vida e reconstrução da identidade, porque não podem mais simplesmente usar as mesmas respostas para os novos problemas e desafios adaptativos; e, contudo, lançam-se em um processo mais amplo que inclui descoberta de novos itens e valores capazes de sustentar mais criativa e ativamente suas ações no novo ambiente cultural e econômico. É uma condição de vida cotidiana experimental que se serve tanto dos estoques de conhecimento da tradição como das novas fontes disponíveis pela sociedade de comunicação de massa.

As estratégias cotidianas do pescador tradicional são indicativas do tipo de reflexividade social, porque resultado das tomadas de decisão contínuas e reflexivas sobre as condições impostas às suas ações. Não são atores passivos e fixos da cena pantaneira, feitos objetos de estudo e resignados na posição penosa dada pelos “intelectuais” ambientalistas. São eles próprios observadores da cena real e ambiental, perscrutando uma realidade onde vêem a si, seu mundo em mudanças, as injunções governamentais e não-governamentais. Podem, para uma maior fundamentação de seu



ponto de vista, buscar agregar toda a sorte de informações disponíveis, buscando se familiarizarem com a argumentação do outro, por exemplo, o agente governamental fiscal do meio ambiente. Não produzem estritamente uma antropologia ou biologia acadêmicas, mas estão longe de ser o extremo do senso comum bestializado e banalizado das visões presunçosas de certos cientistas. Estão mergulhados em suas visões de tradição, mas, o ambiente social e econômico de sua sobrevivência exige-lhes a atitude permanente de recriação de aspectos, partes e conteúdos adequados às novas condições que ordenam suas vidas.

As tradições continuam a ser base de justificação para uma série de cursos de ação referentes aos hábitos preexistentes e que não atritam com os novos caminhos de ação requeridos por uma modernidade econômica e social a configurar-lhes cenários diversos e abertos e prospectivos de ação futura. A reflexividade do pescador tradicional realiza essa integração de conteúdos e sistemas de conhecimento, que, por sua vez, estão conectados, aos desafios do viver no presente.

#### O discurso e demandas do Pescador Tradicional de Poconé

O conjunto de relatos coletados ao longo do mês de janeiro de 2006, quando da realização da pesquisa de campo em Poconé, permitiram a estruturação dos conteúdos com o destaque para a reclamação dos pescadores em relação à postura rígida empregada pelos atores institucionais, quanto a temas importantes da agenda do pescador, e que, contudo, é visto com indiferença pelos atores institucionais. Propunham, em função da diminuição do estoque de peixes dos rios, que atribuem ao aumento da população de jacarés, que seja liberada a caça ao jacaré. Tudo o que ouvem das entidades governamentais e não-governamentais, como a Fundação Estadual do Meio Ambiente/MT (FEMA) e também o IBAMA, é a defesa inflexível e negativa, sem que apresentem estudos ou outras comprovações que são requeridas no âmbito próprio da racionalidade científica individual e/ou institucional. Entendem que esses organismos promovem uma defesa dos jacarés, negando os procedimentos necessários à comprovação da hipótese, como é um teste dessa hipótese.

Os pescadores ponderam que a posição defendida por esses organismos públicos é essencialmente política, mas que técnica. E evocam seus conhecimentos da ecologia da região, mergulhados em seus eventos culturais e históricos para legitimar seu diagnóstico do presente. Esse ponto de vista é amplamente recusado pelos organismos ambientais (governamentais e não-governamentais).

Os pescadores também propõem que eles sejam feitos defensores do ecossistema pantaneiro, através de um programa em que, sendo remunerados para tanto, possam eles próprios atuar nessa função. Essa sugestão compõe uma equação mais abrangente de como pensam suas vidas em um contexto sócio-econômico marcado por precariedades. Nesse tempo, ao mesmo tempo em que sublinham a importância do seguro desemprego que recebem no tempo da piracema, destacam a sua insuficiência para garantir um padrão mínimo de dignidade para a vida.

A temática sobre a população dos jacarés, se se deveria ou não abrir uma temporada de caça para reequilibrar as forças nos rios da região, também conformam essa equação racional da vida do pescador pantaneiro envolto em indicadores da realidade que lhes indicam uma situação de vida de grandes desafios: de um lado, no tempo da piracema, o seguro desemprego é importante mas incapaz de resolver as precariedades materiais que sofrem, ainda mais que estão numa fase da vida adulta e, portanto, teoricamente no auge de suas energias e produtividade para o trabalho. É o tempo de acumular para a família e para si na velhice. Os anos passam e esse projeto vai se perdendo. De outro lado, quando termina o período da piracema e os pescadores podem voltar aos rios, a renda que obtém, além de incerta, guarda consigo níveis de ganhos médios indicativos da condição precária que lhes assombra a vida cotidiana.

Do ponto de vista dos representantes dos organismos ambientalistas, as políticas voltadas para e em atenção ao pescador (seguro-desemprego à época da reprodução dos peixes, os poucos recursos para o financiamento das atividades de pesca e para a comercialização, etc.) são suficientes para a manutenção de suas vidas e estilos de vida. Apenas, não perguntaram ao pescador que tipo de vida pretendem.

### **Repensando o Desenvolvimento de Poconé e do Mato Grosso**

A palavra desenvolvimento reporta-se a um dos termos mais usuais do senso comum e está impregnada no interior das categorias políticas, sociológicas e econômicas, apenas para citar algumas. Tem forte presença na retórica dos direitos individuais, da cidadania, à justiça, como referência à tradição, ao destino da humanidade. Do ponto de vista dos caminhos tortuosos da esfera pública, coloca-se como uma categoria importante para compreender, avaliar e ponderar os projetos ideais e os erráticos a seguir. No plano ideacional permite conotações sobre as relações possíveis entre o homem e a natureza. Desenvolvimento enquanto sistema ideacional significa que, para além de um sentido acadêmico de interpretação de mudança sócio-

econômica, invoca a um conjunto de idéias que orientam e legitimam a ação dos atores sociais. É também uma categoria de grande plasticidade, incluindo desde inconsistências teóricas às mistificações.

A despeito dos defeitos diversos que cercam a noção de desenvolvimento sustentável, ali se subentendia existir uma grande esperança em torno da racionalidade dos atores políticos e econômicos ao nível do planejamento e intervenção dos respectivos interesses humanos, viabilizando uma arquitetura societária que equilibrasse a busca do lucro em meio à lógica de mercado, a preservação da natureza e a justiça social. Todos esses ingredientes sugeririam a emergência de um metarrelato com uma substância utópica capaz de gerar um campo discursivo comum que reúna tanto as posições ambientalistas quanto àquelas defendidas pelos agentes econômicos, segundo inclinações mais cooperativistas.

Na discussão no âmbito dos pós-modernos destaca-se tanto um descrédito em relação aos relatos utópicos, quanto se sinaliza seu componente autoritário na gestação de projetos futuros de sociedades. O discurso ambientalista traz, na realidade estudada onde está localizado o pescador tradicional de Poconé, esses elementos, que, podem ser apreendidos, pela percepção dos pescadores tradicionais sobre a estruturação do campo político sobre este assunto, naquilo que os atingem. Os pescadores tradicionais não pretendem convergir para um ponto de vista pós-moderno estritamente, de perda das energias utópicas, e, contudo, vem com resignação sua condição de vida do presente, incluindo seu lugar na arena política. Dessa feita, a postulação ambientalista conservadora e purista, sustentada em uma idéia de futuro como o núcleo intelectual e político de um projeto para o conjunto da humanidade e do meio ambiente, permite o contra-argumento do tipo humano pescador tradicional — “futuro, para quem?” Assim, o discurso utópico ambientalista perde sua força empática e dissuasiva quando, a título de justificação e implantação da sociedade do futuro, restringe a cena decisória a alguns poucos atores políticos. Esse dado é um contra-senso se se considerar o fato de que o ambientalismo está envolto em ondas de ação dos chamados movimentos sociais.

Para Ribeiro (2000), os sistemas ideacionais “*perfromam funções integrativo-simbólicas*”, necessárias para que os agentes sociais interajam entre si, segundo os motivos legítimos alegados e conectados aos processos de reprodução social. No contexto local, político-ideológico do pescador tradicional pantaneiro, as premissas e iniciativas práticas típicas do ambientalismo purista exercem clara função desagregadora, uma vez que não obtém adesão dos segmentos não-ambientalistas e nem

pretendem fazer que seu discurso ganhe uma dinâmica dialógica de convencimento. Esse diagnóstico não é produzido à luz de um outro projeto utópico ingênuo, porque é sabido haver a polarização e tensão no campo e no tempo de definição dos sistemas ideacionais, e também, no tempo e dinâmica de promoção de programas práticos de ação. De todo modo, a constatação dessa dissonância ao nível do fenômeno local demonstra as dificuldades para o estabelecimento de uma imaginação utópica, mesmo para aquelas mais, à partida, envolventes e indicativas de maior poder de geração de consenso. De um ponto de vista prático, ouvir a outra parte é das dificuldades maiores nas evoluções para a consecução de uma cultura política efetiva.

Um dos pressupostos fundamentais do presente trabalho é de que, para além das pretensões de “verdade científica”, as intervenções do ambientalismo conservador e purista se travestem de uma ideologia e utopia<sup>3</sup>. A aura científica pretende esconder a face de uma “vontade de mundo”, mas isso não é coisa fácil, uma vez que o pescador tradicional, esquecido pelos programas governamentais qualitativos e eficazes, se faz de protagonista e participante da cena política efetiva. Nesse momento, seu ponto de vista, problematiza as alegações “científicas”, trazendo-as para o campo eminentemente político. Assim é que as visões do ambientalismo conservador de que o futuro propalado por eles será melhor que o passado de transgressões ambientais, é problematizado pelo pescador nos termos “melhor para quem?” Os pescadores não instrumentalizados com os parâmetros de uma sociologia do conhecimento ou do conhecimento, nem tampouco são versados nas assertivas de disciplinas acadêmicas clássicas como a filosofia do conhecimento. Mas, produzem em sua fórmula peculiar, questionamentos que são mais que o senso comum vulgar e estéril, porque são capazes de esquadriñar a fala do outro (ambientalismo conservador) e de reconhecerem ali, a manifestação de uma *vontade de ordenamento do mundo* com o mesmo *status* que possuem as suas projeções. Assim, o quadro final, segundo entendem, apresenta o fluir de uma série de visões de redenção.

O ambientalismo conservador, diga-se, deixou de ser um “modelo alternativo de desenvolvimento” para constituir-se na visão ampla e convergente dos sentimentos e pretensões dos grupos diversos envolvidos na cena ambiental. Esse é um campo diverso e rico no que diz respeito aos vieses de diagnósticos e projetos políticos; daí porque se

---

<sup>3</sup> A explicação do *presente* é marcada por interpretações de acontecimentos passados (*ideologia*), e pelas antecipações de acontecimentos *futuros*, de como a ordem social, a política e a vida econômica deveriam ser (*utopia*).

sabe dos dilemas e impasses postos na esfera pública quanto ao tratamento das questões ambientais. Então, o presente trabalho não ignora esse quadro de disparidades e tensões que marcam os debates no campo, apenas que o caso empírico e visível no contexto onde vive o pescador tradicional pantaneiro é ilustrativo desse quadro. Dessa maneira, a passagem do *status* de visão alternativa para parâmetro central da compreensão e intervenção quanto aos caminhos idealizados e práticos da vida, não significou à chegada a uma estação dos convertidos a um plano e nível únicos de apreensão dos eventos e fenômenos, mas de uma síntese de realidades que lançou para um novo e outro patamar, os processos complexos de produção de uma intersubjetividade real e prática.

Ribeiro detecta que as visões de desenvolvimento alimentadas pelos motivos e sentimentos ambientalistas, nessa nova fase enquanto campo gerador de convergências, trouxeram consigo a força cativante de um corpo teórico e ideacional baseado na relação homem/natureza, o que tornaria mais fácil a atenuação dos conflitos conhecidos nos sistemas teóricos que destaquem, de início, o núcleo de categorias amparadas na relação homem/homem. Entretanto, essa pretensão de neutralidade é apenas aparente. As tensões entre os grupos humanos percebidos em suas visões díspares, são entendidas como uma reproblemática dos campos de realidade onde se desenvolvem as tensões entre grupos, devidamente animados segundo suas visões de redenção do presente e futuro. A relação homem/natureza não pode ser entendida, seja em termos científicos ou ideacionais, senão através da compreensão da relação homem/homem que subjaz aos motivos últimos da interação homem/natureza, ainda mais pela constatação da diversidade dos discursos humanos e do inevitável contato entre grupos que, finalmente, decidirão o futuro de todos e da natureza, e sublinhe-se, de uma visão de natureza imposta pelo tipo humano maior capital social para dominar o campo.

O ambiente de convergência gerado pelas forças intelectuais ambientalistas levou ao cativante entendimento da busca de uma cidadania ambiental de uma abrangência planetária, em razão de que os fenômenos ambientais ultrapassam as realidades delimitadas pelas categorias de identidade nacional, regional e mesmo local. Todavia, tais pretensões esbarram no cotidiano de procedimentos para a geração de um consenso em conformidade com o preceito. De outra maneira, e considerando os fenômenos relacionados à reprodução material e simbólica do pescador pantaneiro, o que pensar sobre a bandeira da cidadania planetária via ecologismo quando se vê a indiferença dirigida ao pescador tradicional? Que substância apresenta essa cidadania

planetária distante da base real da expressividade das visões de mundo locais? Por trás das intenções convergentes, não se esconderia (consciente ou não) uma posição assemelhada às abordagens impositivas, como outras conhecidas da história contemporânea?

### **Conclusão**

Desde a publicação do Relatório Brundtland, as discussões sobre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável guardam pontos sensíveis e polêmicos. De um lado, falava-se em preservar para as gerações futuras, em uma composição analítica e política que tomava a natureza como coisa distinta do homem, e o homem como inimigo visceral da natureza. Estavam dadas as partes que juntas formavam o eixo de uma ideologia de um ambientalismo conservador e purista, cujas inspirações normativas se detinham na máxima de retirar as populações humanas dos lugares e espécies a serem preservados. A propósito de uma crítica inicial destacar os limites daquela noção de desenvolvimento baseado no crescimento ilimitado, operou-se uma visão enviesada na variável humana e de sua complexa interação com o meio ambiente. Amaldiçoados, os homens foram expulsos da equação ecológica conservadora. A idéia do humano não é suficientemente abrangente, e o estatuto humano que emergiu de inspiração conservadora subavaliava o universo das necessidades e interesses humanos, dos substratos de valores e crenças.

Agora, uma abordagem mais equilibrada precisa trazer a componente humana para compor a equação ecológica, de maneira a qualificar melhor as características da agência humana, e, nesse sentido, das possibilidades do agir humano reflexivo, crítico e cooperativo. Esse estatuto humano deve alcançar a todos os tipos humanos, sem restrições, e sem realizar a minimização que o ambientalismo conservador propôs, mas ponderar uma nova equação onde os estímulos à ação humana permitam a expansão das liberdades mais amplas dos indivíduos. O apelo conservacionista em defesa das próximas gerações, ainda que reivindicue um caráter universal em termos retóricos, firmou-se em bases as mais antidemocráticas, nas disposições conhecidas de bestialização do homem comum, como é o caso empírico do pescador tradicional de Poconé no pantanal matogrossense. A substância sedutora na defesa da mudança para modos de vida mais parcimoniosos em relação ao consumo e produção, escondia a pretensão unilateral e intolerante de geração de um discurso com pretensões de legitimidade de um único estatuto natural-moral digno.

Os grandes dilemas da pobreza e conflitos humanos ficaram inicialmente fora da equação ecológica, gerando uma perda real quanto ao alcance e eficácia da teoria em elaboração. De outro lado, a sustentabilidade firmada segundo os motivos de uma cidadania ambiental transforma a entidade humana na variável principal, reconhecendo-o como agente capaz de agir na consideração dos interesses de si e dos outros, e que denote uma postura ativa de comprometimento com a preservação da vida em bases abrangentes (homem e natureza), traduzidas em normas e regras coletivas de regulação da vida social livres dos unilateralismos e reducionismos, sejam os de natureza economicista (toda a complexidade humana e ambiental como impregnada apenas da lógica das mercadorias) ou biologizante (ênfase na proteção de espécies e o *hábitat*, minimizando a dimensão humana da equação).

O lugar do homem pantaneiro na equação ecocêntrica corresponde a toda desatenção para com os direitos das comunidades humanas em detrimento da vida selvagem. Um estatuto humano negativo ganha é completado juízo conservacionista sobre a incapacidade dos povos locais para gerir suas vidas e o futuro, e da dependência da orientação competente exterior dos novos guias espirituais – os conservacionistas.

A reação contemporânea dos povos tradicionais, no caso, do pescador tradicional de Poconé/MT, ao conservadorismo ambientalista demonstra a capacidade para pensar e agir reflexivamente, de tal maneira que respondem acusando a vigência de um projeto sutil de ordenamento de uma realidade segundo os interesses da política dos ambientalistas, vistos sob sua perspectiva como somente mais uma parte interessada, como força ideológica em um cenário político, sem sacralizar-lhes os argumentos. Obviamente, o ambientalismo em vigor no pantanal, disseminada em um tom ao máximo alarmista com vistas a ganhar a simpatia da opinião pública, ao tempo em que anunciam o fim do mundo, com a perda da biodiversidade, exaltam como válidas apenas suas disciplinas de conhecimento (como a biologia, por exemplo), bestializando e desqualificando outras formas de conhecimento, e em particular o conhecimento das comunidades locais, como as visões de natureza do pescador tradicional de Poconé/MT.

O olhar e conduta indiferentes do conservacionismo radical em relação às demandas das comunidades locais, têm outros formatos institucionais e operativos: os funcionários governamentais, agindo sob a aura de representantes do público e como que pairando sob os interesses pequenos e localizados dos agentes “isolados”. Aqui ganha força outra frente de resistência que as comunidades têm que enfrentar.

Contudo, não se quer aqui neste *papper* defender os extremismos sejam os antropocêntricos, sejam os biologizantes, nem incorrer no debate sobre que disciplinas de conhecimento deveriam ter a ascendência para abordar tais questões. Mas, certamente, reforça o coro quanto à necessidade de se reconciliar o desenvolvimento econômico e conservação, propondo uma nova estratégia política e pedagógica de maneira a atenuar os prejuízos seja à natureza seja às comunidades, na valorização dos discursos em um contexto verdadeiramente democrático.

### Referências Bibliográficas

CASANOVA, Pablo González. “Globalidade, neoliberalismo e democracia”. In: FERREIRA, Leila da Costa (Org.). **A Sociologia no Horizonte do Século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

CAVALCANTI, Clóvis. “Política de Governo para o Desenvolvimento Sustentável”. In: **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. Recife: Editora Cortez, 1997.

DESCOLA, Philippe. “Ecologia e Cosmologia”. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2000.

DIEGUES, Antônio C. (Org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2000.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2000.

GUIVANT, J. S. “A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais”. In: VIOLA, E. J., LEIS, H. R., et all **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

LEIS, Hector. “Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial”. In: VIOLA, E. J., LEIS, H. R., et all **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

MARTINEZ-ALIER, J. “Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos”. In: FERREIRA, Leila da Costa (Org.). **A Sociologia no Horizonte do Século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NUSSBAUM, Martha C. **Los Limites del Patriotismo. Identidad, pertenencia y “ciudadanía mundial”**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1999.

RANDAL, A. **Resource economics: an economic approach to natural resource and environmental policy**. New York: John Wiley & Sons, 1987.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e Política no Mundo Contemporâneo**. Brasília: Editora UnB, 2000.



SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Editora companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NUSSBAUM, M. & SEN, Amartya. (eds.). **The Quality of Life**. Clariton Paperbacks, 1995.

\_\_\_\_\_. “Por que é necessário preservar a coruja-pintada”. *Folha de São Paulo*, 14 mar.2004, Caderno Mais, p. 16.